Fundação João Pinheiro: 50 Anos – Antecedentes Históricos

Fundação João Pinheiro – 50 Anos
Antecedentes Históricos

Bernardo Novais da Mata-Machado[1]

Resumo: O texto aborda as políticas de promoção do desenvolvimento socioeconômico de Minas Gerais, conduzidas pelos seus sucessivos governos desde a proclamação da República, destacando-se: a mudança da capital para Belo Horizonte, a influência das ideias e práticas de João Pinheiro, os esforços para conjugar a extração e exportação do minério de ferro com a implantação da siderurgia, a instalação da Cidade Industrial de Contagem, o Plano de Eletrificação, o Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção e a criação de instituições que deram suporte aos planos e políticas, entre elas a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), o Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais (INDI), culminando com a criação da Fundação João Pinheiro.

Em 2019 completaram-se 130 anos da República brasileira e 50 anos de existência da Fundação João Pinheiro (FJP). A menção ao período republicano faz-se necessária porque a FJP é parte de um longo processo de participação do poder público de Minas Gerais na vida econômica e social do Estado, com vistas ao seu desenvolvimento.

Proclamada a República, as mudanças mais significativas que a distinguiram do Império foram a adoção do presidencialismo, como sistema de governo, e do federalismo como forma de organização político-territorial do Brasil. A inspiração veio da Constituição norte-americana, que garantia aos estados membros autonomia para legislar sobre inúmeros assuntos.

Desde 1870, quando se funda o Partido Republicano, o descontentamento das elites políticas provinciais com o centralismo da monarquia parlamentar vinha se manifestando na forma de reivindicações de autonomia, baseadas em argumentos políticos e financeiros. Politicamente autonomia traduzia a aspiração de que os governantes das Províncias, que na Primeira República (1889-1930) serão chamados “Presidentes de Estado”, seriam eleitos, e não mais nomeados pelo poder central. Do ponto de vista financeiro, a principal reivindicação de Minas Gerais e de São Paulo era ter autonomia para arrecadar impostos, particularmente o incidente sobre as exportações. Essa atribuição, que se tornará norma da primeira Constituição da república (1891), irá fortalecer o Tesouro dos dois estados, maiores produtores de café,

[1] Historiador e cientista político; pesquisador da Fundação João Pinheiro (1977-2018) aposentado.

na ocasião o principal produto de exportação do Brasil.[2] Como decorrência, até 1930 as elites políticas de Minas Gerais e de São Paulo, além de dominantes em seus respectivos territórios, irão se revezar na presidência da República, fato que lhes dá um duplo poder.

Na Minas Gerais republicana o primeiro grande empreendimento que demonstra o poder das elites locais foi a mudança planejada da capital do Estado de Ouro Preto para Belo Horizonte, inaugurada em 1897. Em 1891, Decreto do Presidente do Estado Antônio Augusto de Lima justificava a transferência da Capital argumentando que era necessário dotar o Estado de um "centro de atividade intelectual, industrial e financeira" que servisse de apoio à "integridade de Minas Gerais, seu desenvolvimento e prosperidade".[3] Augusto de Lima propunha que a nova capital fosse instalada no arraial do Curral del Rei, situado no vale do rio das Velhas, região central do estado. Justificava a escolha dizendo que o lugarejo seria atravessado pelos trilhos da Estrada de Ferro Central do Brasil, o que possibilitaria reunir o Norte ao Sul do estado. Tratava-se de criar uma nova Capital que exercesse a função polarizadora que Ouro Preto havia perdido, desde a decadência da mineração aurífera.

As justificativas apresentadas mostram que a proposta da nova Capital tinha como perspectiva futura a industrialização de Minas Gerais, que já se iniciara na Zona da Mata, principalmente em Juiz de Fora, mas atingira também a região Centro-norte, particularmente nos municípios de Santa Luzia, Sete Lagoas, Sabará e Curvelo onde surgiram indústrias têxteis de caráter fabril. Havia também uma perspectiva promissora para a indústria mineral. No ano do Decreto de Augusto de Lima (1891) começou a funcionar o primeiro alto-forno a carvão vegetal do estado, a usina Esperança, em Itabirito. "É preciso considerar também a mineração do ouro. Na época a São João Mining Company (Nova Lima) estava em franco desenvolvimento e iniciava um plano de expansão da mina de Morro Velho". (MATA-MACHADO, 1986, p. 105).

Belo Horizonte, cidade planejada para 200 mil habitantes, tem hoje mais de dois milhões e é o centro de uma região marcadamente industrial. Embora ainda haja forças centrífugas que exercem influência sobre as regiões Sul, Mata e Triângulo é fato que a Capital, gradativamente, foi ampliando sua área de polarização. De imediato, atraiu a região Norte do estado. Logo que a Estrada de Ferro Central do Brasil chegou

---

[2] As vantagens de São Paulo, pelo fato de possuir portos de mar, eram evidentes. A cafeicultura do Rio de Janeiro, em franca decadência após a abolição da escravatura, seria ultrapassada pela de Minas Gerais na virada do século XIX para o XX.

[3] O Decreto de Augusto de Lima não chegou a ser publicado, sendo a decisão sobre a mudança da capital atribuída ao Congresso Constituinte mineiro. O Decreto foi reproduzido por LINHARES, 1905 p. 101.

a Pirapora (1910), o comércio de tecidos, que antes se fazia predominantemente na direção do sertão brasileiro, passou a ser feito com o Rio de Janeiro, via Belo Horizonte. Na Capital Federal fez sucesso o tecido de chita produzido pela indústria mineira (MATA-MACHADO, 1991, p. 117-118).

***

Na história da intervenção estatal na vida econômica e social de Minas Gerais cabe lugar de destaque para as ideias e práticas de João Pinheiro da Silva, republicano histórico que governou o Estado por dois breves períodos (interinamente em 1890 e de 1906 a 1908). Já no primeiro mandato inovou criando um serviço estatístico e o laboratório de análise de terras, anexo à Escola de Minas de Ouro Preto.

No Manifesto-Programa de sua campanha ao segundo mandato ele se declarou um protecionista *ad tempora*:

> Eu sou partidário da absoluta liberdade, em suas diversas formas, inclusive a liberdade econômica [...] mas no nosso caso atual a ausência de proteção não seria liberdade, seria um delito; é como se dessem a uma criança a liberdade de lutar com um atleta [...]. Na Inglaterra eu seria livre-cambista. No dia em que estivermos aparelhados para lutar, aí sim; até aí a proteção não é ao industrial, e à nossa independência econômica, é ao nosso trabalho (BRASIL, 1984, p. 77-80).

Entre as medidas que propunha para incentivar a economia incluíam-se: estudar os solos (para agricultura e mineração); conceder prêmios aos melhores produtores agrícolas e industriais; promover a educação técnica; instalar fazendas-modelo experimentais e realizar exposições para divulgar os produtos mineiros.

Embora soubesse que a indústria seria o verdadeiro motor do desenvolvimento, ele propunha priorizar a agricultura, porque naquela época era na área rural que vivia a maior parte da população. Preocupava-o a formação técnica da mão de obra do campo, a organização de cooperativas agrícolas (de produção e crédito) e a mecanização do trabalho rural, com vistas à modernização da agricultura recém-saída do regime escravocrata.

Em 1903, no intervalo entre seus dois mandatos, João Pinheiro foi convidado pelo presidente do Estado Francisco Antônio Sales para coordenar o Congresso Agrícola, Comercial e Industrial, cujos Anais revelam o primeiro grande esforço de pensar e planejar a economia mineira.

Os temas debatidos foram: agricultura (café e cereais, viticultura, policultura); pecuária (gado bovino, lanígero, cavalar, suíno e caprino, carnes verdes e charque, transporte de gado, forragens); laticínios em geral; mineração (ouro e manganês);

indústria (fiação e tecidos, águas minerais, indústria pastoril, sericicultura e vinicultura); comércio; bancos; cooperativismo; colonização; imigração, ensino agropecuário; impostos e tarifas.

Entre as 64 propostas que resultaram dos debates, sete recomendavam a instituição de prêmios: aos produtores de cereais (arroz, feijão e milho); de algodão; aos criadores de gado vacum, cavalar, lanígero e suíno; às cooperativas agrícolas, indústrias de fundição, fábricas de garrafas e vasilhames e às fábricas de cianureto de potássio e dinamite, auxiliares da mineração.

Para a cafeicultura foram feitas seis propostas, cinco relativas aos impostos que sobrecarregavam os produtores. A sexta reivindicava a diminuição do valor dos fretes cobrados pelas estradas de ferro no transporte do café até os portos, enquanto persistisse a baixa dos preços do produto. Todas elas revelavam a preocupação com a cafeicultura que, em 1901, portanto dois anos antes do Congresso, sofrera a primeira de uma série de crises de superprodução, resultando na queda do preço do café brasileiro no mercado mundial. A fim de enfrentar a crise, o Congresso (CONGRESSO..., 1981, p. 127) propôs como alternativa o incentivo à policultura. Além de prêmios aos produtores, sugeriu estabelecer uma “grande cultura de cereais junto às estradas de ferro” e que o governo de Minas Gerais fizesse gestões junto à União para estabelecer tarifas aduaneiras que protegessem a produção nacional de cereais. Tarifas protecionistas foram reivindicadas também para os produtos da indústria pastoril, têxtil e sobre a importação de águas minerais do exterior. A isenção total de tarifas seria bem-vinda na importação de gado de raça e de máquinas necessárias às indústrias manufatureiras.

Também foram apresentadas propostas sobre exposições e feiras: uma recomendava ao governo estadual a criação, na Capital Federal (RJ), de uma exposição de amostras das mercadorias mineiras; outra propunha dar nova organização às feiras de gado, “instituindo comissários oficiais para garantia das transações e defesa dos interesses do boiadeiro mineiro”. (CONGRESSO..., 1981, p. 128).

Sobre o tema da educação técnica houve propostas de criação de duas escolas: de comércio e de agricultura e zootecnia. Reveladoras da sensibilidade social de João Pinheiro, e surpreendentes pela presciência, são as propostas 28, 62 e 64. A primeira recomendava instalar escolas públicas junto às fábricas que tivessem mais de 100 operários. A última julgava conveniente estabelecer colônias orfanológicas e oficinas de trabalho onde fosse ministrado o ensino técnico profissional. A de número 62 é digna de transcrição fiel:

> 62 - Convém a decretação urgente pelos poderes competentes de uma lei reguladora das relações dos patrões e operários, proprietários e colonos, rendeiros e meeiros, definindo, claramente, as atribuições e direitos de cada um, e garantidora dos contratos (CONGRESSO..., 1981, p. 129).[4]

João Pinheiro não viveu o suficiente para ver todas as suas ideias colocadas em prática, mas deixou legado importante, não apenas na economia, mas também nas áreas social e cultural. Foi responsável por uma reforma da educação pública (com ênfase no ensino primário) e fundou a Escola Normal para formação de professoras (atual Instituto de Educação de Minas Gerais). Na área cultural marcou sua passagem com a criação do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

O estadista não pensava na hipótese de atrair capitais estrangeiros para alavancar o desenvolvimento do estado. Sonhava com um país de economia independente, como os Estados Unidos, no qual se inspirava. Na introdução dos Anais do Congresso ele expressou sua simpatia:

> País de primeira grandeza, pela proteção contínua, eficaz, sempre mantida, de todas as suas riquezas, a todas as suas indústrias e a todos os seus trabalhos, encontrando nas tarifas protecionistas a fonte de seu deslumbrante poder da atualidade, triunfalmente confessado e a elas atribuído nas duas mensagens do atual presidente Roosevelt (CONGRESSO..., 1981, p. 124).

***

Nas duas primeiras décadas do século XX, o capital estrangeiro em Minas Gerais voltou-se para a exploração do minério de ferro, abundante na área central do estado. Dois fatos ilustram a posição do governo mineiro na sua relação com os investimentos estrangeiros: os casos da Itabira *Iron* (futura Companhia Vale do Rio Doce) e da Companhia Belgo-Mineira. Em ambos esteve envolvido o presidente do Estado Artur Bernardes (1918-1922), que depois chegaria à presidência da República (1922-1926).

Em 1907, o governo federal, sob o comando do mineiro Afonso Pena, com a finalidade de conhecer as riquezas minerais do país criou o Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil (SGM). A primeira tarefa do órgão foi estudar as jazidas de minério de ferro de Minas Gerais. Em 1910, na 11ª Conferência Internacional de Geologia, reunida em Estocolmo (Suécia), esses estudos foram apresentados e revelaram ao mundo o valor do minério de ferro da região de Itabira. Embora desde o

---

[4] Ao epíteto de desenvolvimentista *avant la lettre*, atribuído a João Pinheiro pela historiografia mineira, poderia ser acrescentado o de “primeiro socialdemocrata de Minas Gerais”.

Império já circulassem publicações sobre esse tema, a Conferência possibilitou comparar o minério de ferro de Itabira com o de outras regiões do mundo, constatando-se a sua quantidade e, principalmente, qualidade.

Na época, explorando a mina de ouro de Nova Lima e tendo tomado conhecimento antecipado dos estudos do SGM, os ingleses, já em 1907, adquiriram grandes extensões de terras no entorno de Itabira. Depois de 1910 seguiram-se grupos alemães, norte-americanos e franceses. O interesse de todos era extrair, transportar até o litoral e exportar o minério de ferro para o desenvolvimento da siderurgia europeia e norte-americana.

O grupo inglês logo fundou a empresa *Brazilian Hematite Syndicate* (depois Itabira *Iron Ore Company Limited*) e adquiriu a maior parte das ações da Estrada de Ferro Vitória-Minas, que já estava em construção; apresentou seu projeto de exportação ao governo federal que o aprovou em 1909. Entretanto, faltava assinar o contrato com o governo de Minas Gerais, que tinha atribuição constitucional para estabelecer as taxas de exportação. Por meio da Lei nº 553, de 24 de setembro de 1910, o governo mineiro (presidido por Júlio Bueno Brandão) estabeleceu uma taxa no valor de 200 réis por tonelada, que poderia ser reduzida a 100 réis caso o minério fosse transformado em ferro-gusa no território de Minas; a lei exigiu também o adiantamento ao Estado da quantia de dois mil contos de réis. Os ingleses recusaram essas condições e as negociações se arrastaram até o advento da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), que paralisou o projeto.

A entrada nas negociações do Presidente do Estado Artur Bernardes, que se imortalizou com a célebre frase “minério não dá duas safras”, deu-se em 1919, logo após a guerra. Demerval José Pimenta, segundo presidente da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), escreveu sobre esse tema:

> Os mineiros, que desde a época colonial vinham se empenhando pela implantação de usinas siderúrgicas no Estado, notavam que o Governo Federal, ao conceder favores às empresas de exportação de minério de ferro, não lhes impunha a obrigação de industrializar uma parte no País e, por isso, o Governo Mineiro resolveu tomar uma drástica resolução, cujo objetivo seria obrigar os exportadores de minério de ferro a estabelecerem usinas siderúrgicas no nosso País. Dispondo apenas de uma faculdade para esse fim – a de estabelecer o imposto de exportação – o Presidente Artur Bernardes [...] não teve dúvidas em utilizar desta única alternativa, promulgando a Lei nº 750, de 23 de setembro de 1919, elevando a três mil réis esse imposto de exportação e reduzindo-o a trinta reis para os que estabelecessem no território mineiro usinas de ferro e aço (PIMENTA, 1981, p. 36-37).

O impasse persistiu e seria solucionado somente em 1942, quando uma associação do governo federal ao capital estrangeiro, nessa época já em mãos dos

norte-americanos, resultou na criação da empresa mista (capital público e privado) Companhia Vale do Rio Doce (CVRD).

Diversa, mas coerente, foi a intervenção de Artur Bernardes na constituição da Companhia Belgo-Mineira. Em 1917, engenheiros egressos da Escola de Minas de Ouro Preto associaram-se para criar a Companhia Siderúrgica Mineira, no município de Sabará. A Primeira Guerra Mundial havia provocado o bloqueio das importações de produtos siderúrgicos europeus e, ao mesmo tempo, tornara urgente, em todos os países, a necessidade de desenvolver a siderurgia, básica para a indústria bélica. Portanto, havia boas perspectivas no mercado interno e externo. Mas a construção da fábrica enfrentou dificuldades técnicas e financeiras, entrando em operação somente em 1920. Nesse mesmo ano, a convite do Presidente da República Epitácio Pessoa, chegou ao Rio Janeiro o Rei Alberto I, da Bélgica. Artur Bernardes, empenhado na instalação de usinas siderúrgicas em Minas Gerais, e naquele momento enfrentando as pressões da Itabira *Iron*, convidou a família real para visitar Belo Horizonte. Conhecendo as dificuldades enfrentadas pela Companhia Siderúrgica Mineira, Bernardes sugeriu ao rei associar capitais belgas ao empreendimento local. Meses depois chegou a Belo Horizonte uma missão técnica do consórcio belgo-luxemburguês de indústrias siderúrgicas, *Aciéries Réunies de Burbach-Eich-Dudelange* (ARBED), que constatou as vantagens do negócio. Em 1921 a associação foi selada e surgiu a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, que se expandiu incessantemente e hoje pertence ao conglomerado multinacional de empresas de aço Arcellor Mittal S.A. A Belgo-Mineira foi a primeira usina siderúrgica brasileira integrada, na época era a única que começava no minério e terminava no laminado.

Cotejando os dois casos – Itabira *Iron* e Belgo-Mineira –, conclui-se que, já nessa época, a elite política mineira aceitava o investimento estrangeiro, desde que ele viesse para promover o desenvolvimento industrial do estado, e não apenas para extrair as riquezas do solo, processá-las no exterior e depois vender os produtos industrializados aos brasileiros. Seria ainda mais bem recebido se associado a interesses de empreendedores locais.

Passo significativo da intervenção do poder público no desenvolvimento econômico de Minas Gerais foi dado em março de 1941, data do decreto que criou a Cidade Industrial de Contagem, primeiro distrito industrial planejado do Brasil. Iniciativa do governo Benedito Valadares (interventor de 1933 a 1935 e governador de 1935 a 1945), a criação da Cidade Industrial pode ser considerada uma resposta do governo mineiro à derrota que sofrera na tentativa de trazer para Minas Gerais (município de Lafaiete) a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), empresa símbolo do projeto

desenvolvimentista de Getúlio Vargas, cujo decreto de criação, na cidade de Volta Redonda (Rio de Janeiro), foi publicado em janeiro de 1941.

A tarefa de impulsionar a industrialização do estado, principalmente da região central, riquíssima em minério de ferro, esbarrava no insuficiente fornecimento de energia elétrica, na época sob o controle da *American Foreing & Power Co.* (Amforp), subsidiária do grupo norte-americano *Electric Bond & Share Co*. A Amforp constituiu, no Brasil, a empresa *holding* Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras (Caeeb) à qual estavam vinculadas algumas subsidiárias, entre elas a Companhia Força e Luz de Minas Gerais (CFL-MG), que atendia Belo Horizonte.

O Código de Águas, instituído em 1934, havia alterado a forma de cálculo da tarifa de energia elétrica, antes atrelada ao câmbio, introduzindo a política conhecida pelo nome de "custo histórico", que acabou por desestimular as empresas estrangeiras a investir na ampliação e modernização de seus serviços. John Reginald Cotrim explica:

> O Código de Águas estabeleceu um princípio correto para a época, mas que se revelou desastroso no futuro: firmou o princípio do custo histórico. A remuneração do investimento a que as companhias teriam direito seria baseada no custo histórico do seu investimento, naquilo que realmente gastou. Com câmbio constante e sem inflação isso não teria a menor importância [...]. Mas a questão é que à medida que a moeda brasileira foi se depreciando, aquele valor do investimento em moeda brasileira começou a perder substância. E como as companhias só tinham direito a uma remuneração baseada na moeda nacional, a sua receita em moeda forte começou a minguar. Então, a rentabilidade das companhias estrangeiras começou a tornar-se desinteressante e desencorajou os investimentos (CEMIG, 1986, p. 31-32).

Belo Horizonte, centro de uma região rica em recursos minerais, tinha vocação natural para o desenvolvimento industrial, mas os serviços de eletricidade providos pela CFL-MG eram insuficientes para atender até mesmo à demanda da iluminação pública da capital. A fim de escapar da área de concessão da CFL-MG e dar início a um programa de eletrificação conduzido pelo poder público, a estratégia adotada pelo governo Valadares foi alterar a divisa entre Belo Horizonte e Contagem. Uma parte do território de Belo Horizonte passou a pertencer a Contagem, na época distrito de Betim[5], e ali foi instalada a Cidade Industrial. O maior investimento resultou na construção da usina de Gafanhoto, no rio Pará (município de Divinópolis), que seria a principal fonte de energia para a Cidade Industrial. O suprimento de energia, somado a outras facilidades, como terrenos urbanizados (loteamento e arruamento) e infraestrutura de

[5] O município de Contagem foi criado em 1911, mas perdeu esse *status* em 1937, quando se tornou distrito de Betim, município criado nesse mesmo ano. Contagem voltou a ser município em 1947.

transportes (as estradas de ferro Oeste de Minas e Central do Brasil construíram ramais até o local) foram os atrativos oferecidos pelo Estado aos eventuais empreendedores.

No entanto, a Cidade Industrial custou a decolar, em parte devido às incertezas e dificuldades geradas pela Segunda Guerra Mundial. A guerra chegou mesmo a atrasar o cronograma da usina de Gafanhoto, quando o navio que vinha dos Estados Unidos trazendo as máquinas geradoras foi afundado na costa do Atlântico. A usina entraria em operação somente após a guerra, em 1946. Lucas Lopes, que na época respondia pela Secretaria de Agricultura, Indústria Comércio e Trabalho, foi quem acionou o funcionamento da usina de Gafanhoto. Ele narra o início da ocupação da Cidade Industrial.

> A primeira indústria importante que se instalou naquele centro [...] foi a Cimento Itaú [Cia. de Cimento Portland Itaú]. Ela já estava com a fábrica em obras, mas teve de parar porque não tinha garantia de suprimento de energia. Logo que se ligou a Usina de Gafanhoto [...] imediatamente se caracterizou um período de grande expansão. Algumas indústrias importantes como a Magnesita [Refratários S.A.], usinas metalúrgicas, etc. puderam movimentar-se para a Cidade Industrial (CEMIG, 1986, p. 16).

Em meados da década de 1960 a capacidade instalada da Cidade Industrial estava praticamente esgotada. Dessa vez quem investiu para ampliá-la foi o já então enriquecido município de Contagem que, em 1970, por força da Lei Municipal nº 911, instituiu uma autarquia e deu início ao projeto de expansão que levaria o nome de Centro Industrial de Contagem (Cinco).

***

Os esforços politicamente orientados para superar o atraso da economia mineira ganharam corpo no pós-guerra quando, em 1947, no governo Milton Campos, foi elaborado o Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção, que teve desdobramentos no Plano de Eletrificação de Minas Gerais (1949-50). Para viabilizar a execução dos dois planos foi instituída a Taxa de Serviços de Recuperação Econômica, incidente sobre o Imposto de Vendas e Consignação, cobrado sobre todas as transações efetuadas no estado. De 1947 a 1964 a arrecadação dessa taxa foi aplicada no desenvolvimento econômico de Minas Gerais.

Um dos efeitos da Segunda Guerra foi relativizar a ideia que associava o planejamento econômico governamental aos países socialistas, particularmente à União Soviética. O exemplo vinha dos Estados Unidos, governado por Franklin D. Roosevelt, eleito presidente daquele país por quatro mandatos consecutivos (1932, 1936, 1940 e 1944). O sucesso eleitoral de Roosevelt devia-se ao *New Deal* (novo acordo), amplo programa de investimentos públicos criado para enfrentar a grave e prolongada crise

iniciada em 1929, que abateu a economia dos Estados Unidos e a de praticamente todos os países do mundo.

O espírito do *New Deal* ressurgiu durante a Segunda Guerra Mundial, ocasião na qual os Estados Unidos empreenderam um significativo “esforço de guerra”. Praticamente toda a economia americana foi mobilizada pelo governo para contribuir no alcance da vitória contra os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão), incluindo a fabricação da bomba atômica. A bomba foi construída de forma sigilosa numa fábrica alimentada pela energia da *Northwest Power Pool*, entidade criada para integrar, às pressas, companhias públicas e privadas de eletricidade, por meio da interligação de suas linhas de transmissão e da operação conjunta, fator que maximizou os recursos hídricos e térmicos disponíveis numa extensa área do noroeste americano. Nessa região concentrava-se “grande quantidade de indústrias” (CEMIG, 1986, p. 16), muitas convertidas em fábricas de material bélico destinado às forças armadas dos Estados Unidos e aos países aliados, incluindo Inglaterra, União Soviética e Brasil, que entrou na guerra em 1942. Ainda antes da entrada dos americanos no conflito (dezembro de 1941), os aliados receberam aviões, navios, tanques, artilharia e munições. Após a vitória contra os nazifascistas, as relações diplomáticas, políticas, econômicas e militares entre o Brasil e os Estados Unidos se reforçaram significativamente.

A novidade introduzida em 1947 pelo Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção e, logo depois, pelo Plano de Eletrificação foi o conceito de planejamento integrado, ou seja, pensar, pesquisar, planejar e executar de forma global, visando superar os estrangulamentos e fomentar os potenciais de determinada região (no caso, Minas Gerais) ou setor (o elétrico). Ao invés de projetos isolados, planeja-se para que haja sinergia entre elementos diversos.

O Plano de Recuperação Econômica, coordenado por Américo René Gianetti, secretário de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho (pasta em que já tinham passado Israel Pinheiro e Lucas Lopes), tratava de inúmeros temas, envolvendo aspetos econômicos, sociais, físicos e institucionais: recursos minerais; estudos de solo e hidráulicos; demografia; agropecuária (produção animal e vegetal); indústria (várias, entre elas frigoríficos, adubos, máquinas e implementos agrícolas); eletrificação; transportes (ferrovias e rodovias); políticas fiscal e tributária; cooperativismo; saúde pública; ensino técnico e agrícola; assistência ao trabalhador e fomento da produção; entre outros. Chama atenção a importância dada à agricultura e às questões sociais, lembrando a plataforma de João Pinheiro.

Em 1948, uma das iniciativas que decorreram do Plano de Recuperação, reunindo agricultura e assistência técnica, foi a criação da Associação de Crédito e Assistência Rural (Acar), resultado do convênio assinado entre o estado de Minas Gerais, preocupado em conter o êxodo rural, e a Associação Internacional Americana para o Desenvolvimento Econômico e Social (AIA), do grupo Rockefeller, associação que conjugava interesses do governo e de empresas norte-americanas produtoras de máquinas e insumos agrícolas (agroquímicos). O modelo de extensão rural implantado pela Acar foi inspirado no programa instituído nos Estados Unidos pelo presidente Roosevelt – *Farm Security Admnistration* –, para enfrentar os problemas que a crise de 1929 ocasionara na agricultura americana e que provocaram intensa migração de trabalhadores rurais desempregados. As atividades da Acar-MG iniciaram-se em 1949 com o treinamento de técnicos brasileiros por especialistas norte-americanos. A metodologia envolvia visitas domiciliares e palestras para agricultores e agricultoras sobre novas práticas agrícolas e economia doméstica. Os financiamentos, que contavam com aportes da AIA, vieram por intermédio de créditos da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil. Eram destinados à aquisição de máquinas e insumos agrícolas (sementes e adubos químicos), bem como a obras de saneamento (fossas secas) e melhoria de habitações rurais (ROMANIELLO, 2015). Em 1975, a Acar foi transformada na atual Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (Emater-MG).[6]

O Plano de Eletrificação de Minas Gerais foi coordenado por Lucas Lopes, simultaneamente ao seu trabalho como diretor de obras da Comissão do Vale do São Francisco (CVSF). No exercício das duas funções ele inspirou-se em métodos de planejamento e gestão testados nos Estados Unidos. Na CVSF, encarregada de aplicar uma porcentagem da renda tributária da União no desenvolvimento do Vale do rio São Francisco, Lucas Lopes utilizou seus conhecimentos sobre a *Tenessee Valley Authority* (TVA), autarquia criada em 1933 pelo governo Roosevelt. As obras da TVA no rio

---

[6] Os investimentos governamentais no desenvolvimento da agropecuária prosseguiram na década de 1950 com a instituição de empresas de economia mista (pública e privada), entre elas: Frigoríficos de Minas Gerais S.A. (Frimisa-1951, governo JK), criada para construir e explorar uma rede de matadouros e armazéns frigoríficos no estado; Fertilizantes Minas Gerais S.A, (Fertisa–1953, governo JK) para fabricar adubos por meio do aproveitamento da apatita de Araxá e do potássio de Poços de Caldas; Companhia de Armazéns e Silos de Minas Gerais (Casemg–1957, governo Bias Fortes), para armazenar e ensilar produtos agrícolas; e a Companhia Agrícola de Minas Gerais (Camig–1957, governo Bias Fortes), com múltiplas atribuições: mecanização, fertilização do solo, irrigação, drenagem, florestamento, produção e venda de sementes selecionadas e colonização de terras devolutas do Estado. A todas essas empresas foram vinculadas cotas da Taxa de Recuperação Econômica. Em 1966 (governo Israel Pinheiro) foi criada a Fundação Ruralminas, para promover a colonização de terras devolutas do Estado, particularmente na região noroeste de Minas Gerais. Em 1974 (governo Rondon Pacheco), foi criada a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epamig), que se originou do Programa Integrado de Pesquisas Agropecuárias do Estado de Minas Gerais (Pipaemg), iniciado em 1971.

Tenessee basearam-se no conceito de aproveitamento integral de bacias hidrográficas, visando finalidades múltiplas: controle de enchentes e da malária; abastecimento d'água; instalação de usinas hidrelétricas; irrigação; navegação e turismo. Esse conceito seria aplicado posteriormente na construção das barragens e usinas hidrelétricas de Três Marias e de Furnas, essa última no rio Grande (bacia do Paraná-Uruguai).

A principal proposta do Plano de Eletrificação era criar uma companhia de eletricidade, organizada como empresa *holding*, modelo que Lucas Lopes assimilara quando fora consultor da Caeeb, do grupo norte-americano *Bond & Share*:

> Havia inicialmente um estudo meu quando secretário da Agricultura sobre a ideia de criar uma companhia de economia mista que se responsabilizasse pela construção, administração e operação das usinas que estavam sendo construídas. Então imaginávamos que uma companhia mista seria criada para o Alto Rio Doce [usina de Salto Grande], outra para tomar conta de Pai Joaquim, no Triângulo, outra para Gafanhoto. E essas empresas [...] tinham como concepção básica criar companhias de economia mista em que houvesse alguma participação de capital local, dos consumidores, coordenadas por uma *holding company.* No fundo, eu estava transferindo para Minas Gerais a experiência que tinha vivido após algum tempo em que fui consultor das Empresas Elétricas Brasileiras, [que] tinham a estrutura de uma holding com várias empresas regionais e uma empresa central coordenando. [...]. Isto foi o que se fez, mais tarde, com a Cemig (CEMIG, 1986, p. 16).

Em 1951, a proximidade do Brasil com os norte-americanos estreitou-se ainda mais com a instalação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Composta por técnicos dos dois países, entre eles Lucas Lopes, a Comissão foi encarregada de propor projetos a serem financiados por dólares norte-americanos, via Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial) e por intermédio do *Export Import Bank* (Eximbank), agência financeira vinculada ao governo americano. Previam-se contrapartidas do governo brasileiro, em cruzeiros. O planejamento da Comissão concentrou-se nas áreas de transporte (incluindo portos) e energia elétrica, consideradas estratégicas para deslanchar a industrialização do país.

Após trabalhar na CVSF e no Plano de Eletrificação, Lucas Lopes responsabilizou-se, na Comissão Mista, pela área de energia elétrica. Em seguida, foi o primeiro presidente da Centrais Elétricas de Minas Gerais (Cemig) (1952-53), Ministro da Viação e Obras Públicas dos governos Café Filho e Nereu Ramos (1954-56) e assumiu, entre 1956 e 1958, a presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), instituição de fomento criada em 1952 pelo governo brasileiro para gerir as contrapartidas em cruzeiros, destinadas ao financiamento dos projetos indicados pela Comissão Mista. No ápice da carreira política Lucas Lopes foi Ministro da Fazenda (1958-59) do governo Juscelino Kubitschek (JK). Durante o tempo em que

dirigiu a Cemig, ele foi também membro do Conselho de Administração do BNDE, ocasião na qual relatou vários processos da área de energia elétrica, fato que lhe propiciou acompanhar de perto o relacionamento do Brasil com o Banco Mundial e o Eximbank. As posições estratégicas ocupadas por esse mineiro de Ouro Preto propiciaram-lhe tomar decisões que beneficiaram Minas Gerais. Em seu depoimento ao Projeto Memória da Cemig estão registradas as seguintes palavras:

> Tenho um documento que estou doando a vocês, um relatório do Superintendente da Comissão do Vale do São Francisco [encaminhado] ao presidente do BNDE - que era eu – para que se complementassem os recursos necessários à construção da barragem de Três Marias. Combinei com o pessoal da Cemig estudar um projeto para que parte das obras hidráulicas, a barragem e as tomadas d'água, fossem feitas pela comissão [CVSF]; e que a Cemig instalaria unidades de geração próprias ao pé dessa barragem. Então se fez um acordo: a obra era da Comissão, mas a utilização seria da Cemig. [Três Marias] foi construída por esse esquema. [...] Creio que o BNDE também contribuiu com parte do financiamento para ativar o projeto de Três Marias (CEMIG, 1986, p. 48-49).

Como presidente do BNDE, Lucas Lopes foi peça-chave também na constituição das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A (Usiminas) (), não apenas para a formação do capital inicial da empresa, como também na articulação que trouxe os japoneses para o negócio. A esse respeito depõe o engenheiro metalurgista Amaro Lanari Júnior, presidente da Usiminas de 1958 a 1976:

> O Dr. Lucas Lopes, que era meu cunhado, pediu-me para ir ao Japão no lugar dele, pois tinha sido convidado pelo embaixador [...]. Eu fui com as instruções dele. Cheguei ao Japão [agosto de 1956] e fizemos uma reunião. [...]. Então eu disse para eles: 'O governo brasileiro está pronto a fazer esse acordo, a associar-se com vocês, mas com uma condição: que vocês sejam acionistas bastante significativos'. Perguntaram com quanto e eu falei: 'Quarenta por cento de capital japonês'. Resolvemos que o capital seria 40% japonês, 30% do BNDE e 30% do Estado de Minas. Esse foi o esquema inicial. Eu pensei que eles iriam recusar, que queriam era vender equipamento. Mas, não. [...] aceitaram na hora [...]. Foi então que eu entendi que o que eles queriam era fazer um 'show' de equipamentos japoneses. Tanto que depois que a Usiminas começou a produzir eles passaram a vender para a Argentina, para a Europa, para os Estados Unidos e para todo o mundo. Exatamente porque o que eles queriam eram divisas. Criar uma fonte [de divisas] (FJP, 1987, p. 9).

Juscelino Kubitschek, ao assumir o governo de Minas Gerais (1951), encontra em execução os planos de Recuperação Econômica e de Eletrificação, e já depositados nos bancos públicos os recursos da arrecadação da Taxa de Recuperação Econômica. Também já fora aprovada a Lei nº 510, de 30 de novembro de 1949, que autorizava o governo mineiro a organizar companhias regionais de eletricidade (de economia mista) e determinava ao Estado que destinasse, anualmente, durante 15 anos consecutivos, 3%, no mínimo, de sua renda tributária para a execução do Plano de Eletrificação. Em março de 1951, com base nessa lei, JK fundou as companhias de eletricidade do Alto

Rio Grande (CEARG), Alto Rio Doce (CEARD) e Médio Rio Doce (CEMRD), pensadas como futuras subsidiárias das Centrais Elétricas de Minas Gerais (Cemig), criada em 1952.

A obra da usina de Salto Grande, hidrelétrica mais possante da primeira fase da Cemig, já tinha sido iniciada em 1948 por Américo René Gianetti (via Serviço de Aproveitamento do Rio Santo Antônio - Sarsa), sendo transferida, em 1951, para a CEARD. Essa usina entrou em operação em 1956 (104 000 kW) e a ela se juntaram as usinas de Itutinga, construída pela CEARG [1955 - 48 600 kW] e Tronqueiras (1955 - 48.600 kW), construída pela CEMRD. A essas usinas da primeira fase somaram-se duas outras localizadas em território mineiro, mas vinculadas a projetos nacionais: Três Marias (1962 - 396.000 kW), construída por meio de convênio entre a Cemig e a CVSF, e Furnas (1963 – 1 216 000MW) que visava suprir prioritariamente São Paulo, mas serviria também ao Rio de Janeiro e Minas Gerais. Juntas, essas usinas formavam um anel em torno de Belo Horizonte, área considerada prioritária pelo Plano de Eletrificação.

A história da Cemig é um capítulo à parte na trajetória do desenvolvimento econômico de Minas Gerais, induzido pelo Estado. Embora tenha sido pensada numa perspectiva de longo prazo, ela foi impulsionada de imediato pela instalação, em Belo Horizonte, da Companhia Siderúrgica Mannesmann. A empresa alemã pretendia localizar-se em Sepetiba (RJ), mas foi convencida a vir para Minas Gerais pelo presidente Getúlio Vargas, preocupado em compensar os mineiros pela decisão que tomara sobre a Companhia Siderúrgica Nacional, instalada em Volta Redonda (RJ), em detrimento da demanda de Minas Gerais por Lafaiete. A condição imposta pela Mannesmann foi ter em mãos um documento assinado pela Cemig, garantindo-lhe o suprimento de energia elétrica no montante de cinquenta mil quilowatts. Isso significava metade da energia de Salto Grande sendo captada por um único consumidor.[7] Presidente da Cemig, Lucas Lopes decidiu que não assinaria tal documento, mas tanto ele quanto JK sabiam que outros projetos, como o de Itutinga e Três Marias, já estavam em andamento e por isso o governador chamou a si a decisão: ele mesmo assinou a carta exigida pela Mannesmann (CEMIG, 1986, p. 39). De fato, a atuação de JK foi determinante para deslanchar o projeto da Cemig. Pode-se mesmo afirmar que no binômio “energia e transportes” a primeira foi a que recebeu maior atenção do governador. JK empenhou-se pessoalmente na mobilização dos bancos públicos e das grandes empresas instaladas em Minas Gerais, como Belgo-Mineira, Magnesita e Itaú, para adquirirem ações da Cemig. Contudo, a principal contribuição do governador foi

[7] Deve-se levar em conta que a energia de Salto Grande era necessária à expansão da Companhia Vale do Rio Doce, assim como o foi para a decisão de instalar a Usiminas em Ipatinga (1956).

garantir o fluxo regular dos recursos destinados às obras da Cemig. Uma quota-parte da Taxa de Recuperação Econômica (4/14) estava vinculada ao setor de energia elétrica, mas Lucas Lopes temia que esses recursos não fossem entregues. Ele sabia das dificuldades que Gianetti enfrentara na construção de Salto Grande, para a qual os recursos da taxa não tinham sido liberados no ritmo adequado:

> Uma das condições que eu formulei ao Juscelino é que elaborássemos um mecanismo de arrecadação da Taxa de Recuperação Econômica, de modo a garantir um fluxo de caixa definido. E isso foi feito, como um dos decretos da legislação básica da Cemig, no qual se estabeleceu que a Taxa de Recuperação, a ela destinada, seria creditada automaticamente às contas correntes da Cemig pelas coletorias arrecadadoras. Este foi o elemento-chave para se conseguir que os recursos viessem diretamente para a Cemig e não fossem lançados no bolo geral do Tesouro do Estado, que era, sempre, um saco sem fundo e iria destinar-se a outras finalidades (CEMIG, 1986, p. 39).

De forma gradativa, a Cemig foi construindo usinas e ampliando seu parque energético, contando com recursos estaduais, federais e internacionais. Por força da evolução tecnológica, que facilitou a interligação das usinas espalhadas pelo território, a Cemig acabou por incorporar suas primeiras subsidiárias (MATA-MACHADO, 2001, p. 31-32) e adquirir outras empresas de energia localizadas em Minas, entre elas: Companhia Sul Mineira de Eletricidade (Varginha), Companhia Mineira de Eletricidade (Juiz de Fora) e Companhia Força e Luz de Minas Gerais (Belo Horizonte). O crescimento de sua capacidade instalada e as possibilidades de ampliá-la transformou a Cemig, hoje Companhia Energética de Minas Gerais, numa verdadeira agência de desenvolvimento do Estado.

***

A criação do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG-1962) não foi a primeira intervenção realizada pelo governo do estado no sistema bancário, prática que remonta ao início da República. Destaca-se a participação estatal em três bancos comerciais: Banco de Crédito Real (1889), Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais (1909) e Banco Mineiro da Produção (1933) (COSTA, 1978). O Crédito Real foi instituído por entes privados – industriais e proprietários agrícolas ligados à economia cafeeira e à indústria têxtil de Juiz de Fora – mas, já em 1919, o governo do estado detinha 75% do capital desse Banco. Em 1909, o Estado agiu diretamente para instalar o Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais, associando-se a capitais franceses. Em 1922, esse Banco já possuía 22 agências e era o oitavo entre os maiores bancos do Brasil. Em 1943, por meio da desapropriação das ações do grupo francês, o Estado assumiu o controle total do Banco. Em 1933, foi organizado o Banco Mineiro da Produção, com a maioria de suas ações detida pelo Estado. Em 1967, esse banco

fundiu-se com o Hipotecário e Agrícola para formar o Banco Estadual de Minas Gerais (Bemge). Privatizado em 1988, o Bemge foi adquirido pelo Banco Itaú. Em 1997 o Crédito Real, também privatizado, foi adquirido pelo Banco Brasileiro de Descontos S.A. (Bradesco).

Até 1952, quando o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) foi criado pelo governo federal, a quase totalidade dos bancos brasileiros, incluindo os mineiros, atuava exclusivamente em operações de curto prazo, de tipo comercial. Isso devido à inexistência de um forte mercado de capitais, condição necessária para que os bancos atuassem na área de investimentos, via aquisição de ações. Essa operação é típica dos bancos de fomento como o BNDE, no qual se inspirou o governo mineiro para criar, em 1962, o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG).

As finalidades do BDMG foram estabelecidas pelo Decreto 6.555, de abril de 1962, a saber: financiar projetos de expansão e criação de indústrias; participar, subscrevendo ações, do capital de empresas industriais ou agropecuárias que promovessem o desenvolvimento econômico do Estado; financiar a ampliação dos sistemas de transportes e energia elétrica, a produção mineral, os armazéns, silos, matadouros e frigoríficos; e prestar assistência técnica às pequenas e médias empresas financiadas.

Para os objetivos dessa introdução à história da FJP, destaca-se a atuação do Departamento de Estudos e Planejamento (DEP) do BDMG, do qual se origina a FJP. Criado em 1963, o DEP não figurava na estrutura inicial do Banco, mas diversas razões de ordem prática recomendaram sua instalação:

> Quando entrou em operação o Banco defrontou-se com algumas situações cotidianas às quais deveria dar resposta. Na análise dos projetos, era necessário avaliar se a localização dos empreendimentos (em termos de mercado consumidor e existência de matérias-primas) era a mais adequada, se a tecnologia empregada era a mais moderna e, até mesmo, aspectos sociológicos, como a aptidão empresarial do proponente [...]. Como órgão de assistência técnica viu-se na contingência de assessorar os empresários na elaboração de seus projetos, necessitando, para tal, realizar pesquisas de viabilidade [...]. Ao solicitar empréstimos a agências nacionais e internacionais precisava justificar seus planos de inversão e, para tanto, tinha de demonstrar conhecimento a respeito da realidade sobre a qual iria operar. Como órgão de fomento era imprescindível pesquisar as oportunidades industriais das diversas regiões do Estado, a fim de atrair empresários ou tomar, ele próprio, a iniciativa de constituir empresas. Ao ser convidado a participar de congressos e seminários, ou mesmo promovê-los, teria de preparar comunicações e relatórios (FJP, 1997, p. 82-83). .

Além dessas atribuições, o DEP deveria: realizar estudos setoriais e globais de interesse da política de operação do Banco; organizar e manter cadastros e estatísticas

atualizadas; elaborar estudos anuais sobre as atividades econômicas do Estado; programar e promover cursos de treinamento de funcionários e de pequenos e médios empresários e opinar sobre os problemas do desenvolvimento econômico e social de Minas Gerais.

Os trabalhos produzidos pelo DEP entre 1963 e 1969, ano no qual foi extinto para dar lugar à Fundação João Pinheiro, podem ser classificados em duas categorias: estudos setoriais (ou microeconômicos) e estudos globais (ou macroeconômicos). Antes mesmo da institucionalização, a equipe que compôs o DEP já realizara três estudos: O *Informe sobre a Situação Econômica e Social de Minas Gerais*, anexado a um pedido de empréstimo feito à *United States Agency for International Development* (Usaid); o *Plano de Industrialização da Pecuária*, que justificou os investimentos do BDMG na criação do Frigorífico Mucuri S.A. (Frimusa) e do Frigorífico Norte de Minas S.A. (Frigonorte); e o diagnóstico intitulado *Minas Gerais e a Economia Açucareira*, que orientou a elaboração de projetos privados encaminhados ao Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA), para obtenção de financiamentos.

Entre os estudos microeconômicos citam-se: indústria do cimento; indústria do ferro-gusa; indústria mecânica e mecano-metalúrgica; indústria química; indústria têxtil; indústria de abate; indústria do curtume; indústria de óleos vegetais; Aciaria de Itaúna; Trefilaria (em Juiz de Fora); Forjaria; Ferro-Ligas de Itabira; Ferro Fundido Maleável (Itapecerica); Fábrica de Eletrodos de Grafite; Piritas de Ouro Preto; Indústria Carboquímica (para aproveitamento de subprodutos da Usiminas); Indústria Petroquímica (para aproveitamento de subprodutos da Refinaria Gabriel Passos); fertilizantes; leite e laticínios; subprodutos de usinas açucareiras (furfurol e proteína forrageira); liofilização; fenol; mercado de azulejos; e mercado de tubos centrifugados.

Entre os estudos globais ou macroeconômicos destacam-se, primeiramente, os três ensaios preparados para o I Congresso Brasileiro sobre Desenvolvimento Regional, promovido, em 1965, pelo BDMG: *Desenvolvimento Econômico e Desequilíbrios Regionais*; *Minas e sua Caracterização Econômica*; e *Diretrizes para uma Política de Desenvolvimento Regional Integrado.* O Congresso, realizado em Araxá, contou com a presença de 68 delegações de todo o país e de entidades internacionais (Usaid, BID e Cepal) (FJP, 1997, p. 86).

Seu principal objetivo era “colocar o problema dos desníveis regionais no País” e discutir a influência que esse fato vinha exercendo sobre o desenvolvimento brasileiro, “tendo em vista as grandes distorções geradas no nível de renda dos diversos estados” (BDMG, 1966, p. 68).

O principal estudo macroeconômico do DEP foi, sem dúvida, o *Diagnóstico da Economia Mineira*. Resultado de um convênio firmado, em 1965, entre o BDMG e a Comissão Interestadual da Bacia do Paraná-Uruguai (na época presidida por Antônio Delfim Neto), o alentado estudo sobre a situação e as perspectivas econômicas de Minas Gerias marcou a história do planejamento no Brasil (BDMG, 1965). Publicado em 1968, o Diagnóstico é uma análise profunda do Estado, envolvendo: formação histórica; espaço natural; demografia; infraestrutura de transportes, energia, abastecimento de água e rede de esgotos; serviços sociais básicos; agropecuária; indústria; serviços, comunicações; e desempenho das empresas públicas (Cemig, Camig, Casemg, Frimisa).

A análise histórica é de caráter geral e setorial, buscando compreender as raízes da “doença” que o trabalho diagnostica: o subdesenvolvimento de Minas Gerais, cujos sintomas mais evidentes eram o predomínio da atividade agropecuária, a enorme diferença de produtividade entre o trabalhador rural e o urbano, o baixo grau de urbanização, escolarização e atendimento à saúde, além da prevalência de um código de valores patrimonialista. O subdesenvolvimento é constatado comparativamente às economias de São Paulo e Rio de Janeiro, cujo crescimento era debitado, em parte, à exploração dos recursos naturais de Minas Gerais: água, para produção de energia elétrica, e minérios. Também de Minas saíam os insumos básicos industrializados, como aço e cimento, que alimentavam a industrialização de São Paulo. Dessa forma, o estado ficara relegado a uma posição periférica na economia nacional. Não obstante, o trabalho destaca também fatores internos: desequilíbrio entre as diversas regiões do estado (em termos tecnológicos e de produtividade), fragilidade das indústrias tradicionais, arcaísmo da máquina pública, insuficiência de recursos públicos para promover novas iniciativas e a mentalidade do empresariado mineiro, considerado pouco dinâmico.

Na área energética o Diagnóstico constatava que 47% da energia gerada em Minas abasteciam São Paulo e Rio de Janeiro, contribuindo para o crescimento dos vizinhos, ao invés de atender ao desenvolvimento local. A crítica era fundamentada nos dados sobre a baixa utilização *per capita* da eletricidade gerada no estado, onde a lenha ainda era o fator energético mais empregado. Diante dessa realidade, o Diagnóstico sugeria que a Cemig, para crescer, deveria induzir o desenvolvimento de Minas, e não ficar à espera que ele se desse espontaneamente.

***

A ação do poder público, como indutor do desenvolvimento, deu mais um passo com a criação, em 1968, do Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais

(Indi), resultado de um convênio firmado entre a Cemig e o BDMG no final de 1967. Como iniciativa preliminar, ambas as instituições haviam criado espaços administrativos próprios para planejar a atração de investimentos industriais: no BDMG institui-se a Divisão de Estudos de Oportunidades de Investimentos; e na Cemig a Superintendência de Expansão. Abílio dos Santos explica os interesses comuns aos dois organismos:

> O INDI foi uma ideia que nasceu da necessidade da Cemig de criar mercado para o seu produto, que é energia elétrica. Naquele tempo ela estava sentindo que tinha mais capacidade de geração de energia do que demanda [...] o BDMG, da mesma forma, sentia a necessidade de uma instituição que atraísse projetos para Minas, de tal forma que pudesse financiar o produto - BDMG é financiamento [...]. Então, BDMG e Cemig tinham interesses específicos no INDI, mas todos dois visando o desenvolvimento do Estado (BDMG, 1989. p. 34).

Francisco Noronha dá as razões que justificavam o papel indutor de uma companhia de energia:

> Em diversas viagens que fizemos aos Estados Unidos [...] vimos que essa era uma atuação perfeitamente cabível dentro de uma companhia de eletricidade [...] que tem interesse numa área e cuja dimensão, cujo crescimento, vai depender do crescimento dessa área. [...]. Lá nos Estados Unidos isso se chama 'Area Devolopment'. As grandes companhias [...] incentivam a instalação de indústrias, compram terrenos industriais e depois vendem a prazo para indústrias se instalarem. Não é só uma missão egoísta, mas, na realidade, uma missão de caráter público (CEMIG, 1986, p. 36).

O Indi, no intuito de fazer o levantamento prévio das oportunidades de investimento em Minas Gerais, contratou a empresa de consultoria norte-americana Arthur D. Litle (ADL), que chegou a Belo Horizonte em agosto de 1969 (governo Israel Pinheiro) e ficou até 1972 (governo Rondon Pacheco). O trabalho foi dividido em quatro etapas: análise geral da economia do Estado, a fim de identificar os setores industriais mais promissores; estudos aprofundados sobre seis setores selecionados: eletromecânico, mineração, materiais de construção, têxtil, agroindústria e química, enfocando, além de Minas Gerais, também o Brasil e o mundo, com o objetivo de identificar oportunidades de exportação; estudos específicos de oportunidades de investimentos; e, finalmente, a etapa da promoção, feita junto ao empresariado nacional e mundial. Essa etapa envolveu a "preparação de folhetos, audiovisual, materiais, feiras, seminários, congressos, viagens ao exterior, viagens a outros estados, etc."(BDMG, 1989, p. 39) . No geral, esse é o trabalho feito pelo Indi até hoje: prospectar oportunidades de investimentos e atrair empresas nacionais e multinacionais para Minas Gerais.[8]

---

[8] No arranjo institucional criado para promover o desenvolvimento industrial cabe referência à Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais (CDI-MG), criada em 1971 por meio da Lei estadual 5.721, com a finalidade de desconcentrar a industrialização através da instalação de distritos industriais em municípios

Uma das empresas atraídas foi a Fiat Automóveis, mas nesse caso a atuação do governador Rondon Pacheco foi preponderante. Ele se empenhou nessa tarefa pessoalmente, ainda antes de assumir o governo, em março de 1971. O Acordo de Comunhão de Interesses entre a Fiat e o estado de Minas Gerais foi assinado em março de 1973. A fábrica foi inaugurada em Betim, em 1976 (governo Aureliano Chaves). Entre outras vantagens oferecidas pelo governo do estado, a Fiat beneficiou-se da Lei nº 5261, de 19 de setembro de 1969, que autorizou o Poder Executivo a conceder incentivos fiscais para a implantação e ampliação de indústrias em Minas Gerais. Nas negociações com a Fiat e na redação da lei foi decisiva a participação de Fernando Roquette Reis, então secretário da Fazenda do governo Rondon Pacheco. Economista do BDMG, Fernando Reis seria depois diretor do Banco Central do Brasil e presidente da Companhia Vale do Rio Doce.

No BDMG, Fernando Reis foi o primeiro diretor do Departamento de Estudos e Planejamento (DEP). Nessa condição coordenou todas as pesquisas do DEP, de forma especial as que resultaram no *Diagnóstico da Economia Mineira*. Foram três anos de trabalho (1965-67), envolvendo 40 pessoas, entre técnicos do DEP e convidados, até se chegar aos seis volumes que compuseram a publicação, em 1968. O trabalho sofreu uma paralisação em 1966, mas foi retomado em janeiro de 1967, quando assumiu a presidência do BDMG Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz. O novo presidente apoiou o DEP, mas não deixou de perceber que havia se instalado na instituição um conflito que dividia a equipe em torno de qual seria a missão precípua de um banco de fomento. De um dos lados estava o grupo do DEP, apoiador da tese do “lucro zero”; do outro o grupo “bancário”, situado no Departamento de Análise de Projetos (DAP). O DEP defendia a ideia de que o Banco cresceria junto com o desenvolvimento do estado e o consequente retorno dos financiamentos e participações acionárias. Sendo assim, caberia ao BDMG planejar para o longo prazo e avaliar, periodicamente, o desempenho da economia mineira. O DAP propugnava dar ênfase à dimensão comercial do Banco, sendo assim, não caberia ao BDMG despender recursos com estudos e pesquisas. O conflito acentuou-se quando Hindemburgo P. Diniz, irritado com uma frase posta na introdução do *Diagnóstico da Economia Mineira*, solicitou sua reimpressão:

> Viajei para os Estados Unidos e, quando voltei, tinha essa coisa de que pior que o diagnóstico, só as perspectivas. Havia 5 mil livros prontos. Mandei rasgar, queimar tudo. Liguei para o Paulo Campos Guimarães [diretor da Imprensa Oficial]: “Paulo, faz outro!” (COUTO, 2014, p. 100).

do interior do Estado. A CDI foi, posteriormente, incorporada pela Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig).

A frase que motivou a polêmica e foi cortada na edição reimpressa estava no primeiro volume: *"Pior que o diagnóstico das condições econômicas de Minas Gerais só o são as perspectivas"*. Ronaldo Costa Couto interpretou o que Fernando Reis quis dizer:

> Fernando, rebelde, obstinado e briguento, ficou irritadíssimo. Para ele estava implícito que as perspectivas seriam piores apenas se a tendência histórica se mantivesse. Que as coisas podiam e deviam mudar. A razão de ser de todo o Diagnóstico era exatamente servir à mudança (COUTO, 2014, p. 101).

Hindemburgo P. Diniz não entendeu assim, mas vislumbrou uma saída para o conflito: instituir um órgão especializado na realização de estudos e pesquisas de interesse do Estado.

Não é razoável atribuir a um incidente fortuito a criação da Fundação João Pinheiro. A história se faz pela conjunção de fatos diversos e a verdade é que o ambiente já estava maduro para o surgimento de uma instituição que carreasse para si o acúmulo histórico do pensamento econômico e social dos mineiros, que buscam, desde o início da República, compreender as causas do subdesenvolvimento do estado e propor diretrizes e ações para superá-las.

Referências

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS. **Abílio dos Santos:** depoimento de história oral. Belo Horizonte, 1989. (Série Memória e Desenvolvimento, 6). 48 p.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS. **Ata da 162ª reunião do Conselho de Administração.** Belo Horizonte, 20 jul. 1965.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS. **Relatório de 1963-1965**. Belo Horizonte, 1966.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **João Pinheiro e a sua doutrina (1889-1908)**. Brasília, DF, 1984.149 p.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS. **Depoimento de história oral**: Francisco Afonso Noronha. Entrevista concedida a Bernardo Novais da Mata-Machado e Jussara Frizzera, Belo Horizonte, 28 e 29 jan. 1986.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS. **Depoimento de história oral**: John Reginald Cotrim. Entrevista concedida a Bernardo Novais da Mata-Machado e Jussara Frizzera, Rio de Janeiro, 26 e 27 fev.1986.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS. **Depoimento de história oral**: Lucas Lopes. Entrevista concedida a Bernardo Novais da Mata-Machado e Jussara Frizzera, Rio de Janeiro, 3 fev.1986.

CONGRESSO Agrícola, Comercial e Industrial de 1903. **Revista Fundação JP:** análise e conjuntura, Belo Horizonte, v.11, n. 5/6, maio/jun. 1981. 104 p.

COSTA, Fernando Nogueira. **Bancos em Minas Gerais (1889-1964)**. 1978. 330 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Departamento de Economia e Planejamento Econômico – IFCH, Universidade de Campinas, Campinas, São Paulo, 1978.

COUTO, Ronaldo Costa. **Fernando Coragem Reis:** sonho e glória, amor e dor. Brasília, DF: Edição do Autor, 2014. 407 p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estudos Culturais. **Usiminas conta sua história:** depoimentos: Amaro Lanari. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1987. Entrevista concedida a Bernardo Novais da Mata-Machado e Jussara Frizzera, Brasília, DF, 13 maio 1987.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estudos Históricos e Culturais. **A trajetória do BDMG**: imagens de um projeto para Minas. Belo Horizonte, 1997. 221 p.

LINHARES, J. N. **Mudança da capital:** apontamentos históricos. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1905.

MATA-MACHADO, Bernardo Novais. **História da operação de sistemas elétricos na Cemig**. Belo Horizonte: Companhia Energética de Minas Gerais, 2001.

MATA-MACHADO, Bernardo Novais. O poder político em Minas Gerais. **Análise & Conjuntura,** Belo Horizonte, v.1, n. 1, 1986.

MATA-MACHADO, Bernardo Novais. **História do sertão noroeste de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

MENSAGEM dirigida pelo presidente do Estado de Minas Gerais, Dr. João Pinheiro da Silva ao Congresso Mineiro. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1907.

PIMENTA, Demerval José. **A Vale do Rio doce e sua história**. Belo Horizonte: Vega, 1981.

ROMANIELLO, Marcelo Márcio. **Extensão rural e sustentabilidade**: guia de estudos. Lavras: Universidade Federal de Lavras, 2015. Publicação do Centro de Educação a Distância da UFLA.